

AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO DO PRONAF E DO PROJETO COOPERAR NA ZONA DA MATA E NO CURIMATAÚ PARAIBANO

Ana Bernadete de Carvalho Accioly

(Acadêmica do curso de Geografia da UFPB e Bolsista do Prolicen/DGEOC/UFPB)

Maria de Fátima Ferreira Rodrigues

(Profa. Dra. do Dpto. de Geociências da UFPB)

RESUMO: Busca-se neste trabalho, analisar o papel do Estado através da implementação de duas políticas públicas – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Projeto Cooperar, de cunho federal e estadual, respectivamente – e seu reflexo na vida do agricultor familiar em suas condições de trabalho e qualidade de vida, na Zona da Mata e no Curimataú da Paraíba.

A agricultura familiar brasileira passa por profundas mudanças decorrentes da reestruturação produtiva no modo capitalista de produção que, mediante os avanços tecnológicos, tem promovido a desigualdade e a exclusão social. Esta modernização, além de causar o fim de milhões de postos de trabalho, reduz significativamente os serviços públicos para a população, ruralizando a miséria e causando a migração. Além disso, forja a concentração de terras, de renda e a superexploração de mão-de-obra, evidenciando a apropriação do trabalho do pequeno produtor, sujeitando a renda ao capital.

Mediante a apresentação desse quadro, busca-se, neste trabalho, analisar o papel do Estado através da implementação de duas políticas públicas – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Projeto Cooperar, de cunho federal e estadual, respectivamente – e seu reflexo na vida do agricultor familiar na Paraíba, em suas condições de trabalho e qualidade de vida. Recorremos aos estudos de Wanderley (1996), Abramovay (1994), Araújo (2000), Brose (1999), Silva (1999) e Martins (1994), dentre outros.

A metodologia utilizada constou de leituras sobre a temática, levantamento de dados, relatórios e documentos oficiais e sua posterior análise, inclusive das informações obtidas junto ao PRONAF e ao Projeto Cooperar. Foram aplicados questionários junto às comunidades rurais previamente escolhidas e entrevistas às

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 2, n.	Jul-Dez-2003	p. 100-108
--------------------	-------------	------------	--------------	------------

lideranças das mesmas. Procedeu-se, então, à tabulação dos dados obtidos e elaboramos tabelas e gráficos. Com esta metodologia foi permitido resgatar as condições de vida, trabalho e qualidade de vida dos agricultores familiares.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), incorporado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir de 1999, foi criado pelo Decreto Presidencial nº 1.946 de 28 de junho de 1996 com a finalidade de promover o desenvolvimento rural, propiciando aos agricultores familiares o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e melhoria da renda. O programa foi implementado na Paraíba em 1996, atuando, a princípio, em 11 municípios, evoluindo para 86 em 2002.

O Projeto Cooperar, parte integrante do Programa de Combate à Pobreza Rural, criado pela Lei Nº 6.523 de 10 de setembro de 1997 e vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado da Paraíba (SEPLAN), tem como objetivos, dentre outros, definir, formular e coordenar o planejamento, a execução e o controle das ações direcionadas a provisionar a infraestrutura social e econômica básica das comunidades mais pobres da zona rural, criar oportunidades de geração de renda e de emprego para as comunidades rurais mais pobres do meio agrícola, visando combater a pobreza rural e suas conseqüências. O Projeto atua em 222 de um total de 223 municípios da Paraíba, excetuando-se a capital do Estado, João Pessoa, através de um subprograma, o Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC).

A fim de constatar os benefícios decorrentes da implementação de ações do PRONAF e do Projeto Cooperar, foram escolhidos os municípios de Sapé e Araruna, para neles serem aplicados questionários e entrevistas semi-estruturadas junto a moradores e lideranças comunitárias, respectivamente. Foram aplicados 185 questionários em nove comunidades rurais, sendo cinco delas em Araruna (Estrada Grande, Cantinhos, Camucá, Água Fria e Calabouço) e quatro em Sapé (Barra das Antas, Sapucaia, Assentamento Padre Gino e Assentamento 21 de Abril).

A escolha do município de Sapé deveu-se ao fato de possuir baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), por ter sido palco de numerosos conflitos de terra no século passado, a exemplo das Ligas Camponesas e por estar situado numa das mais antigas áreas de ocupação do Estado.

A Mesorregião da Zona da Mata na qual está inserido o município de Sapé foi a primeira porção do Estado a ser ocupada pelo colonizador, foi "palco central das Ligas

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 2, n.	Jul-Dez-2003	p. 100-108
--------------------	-------------	------------	--------------	------------

Camponesas e da luta dos trabalhadores rurais pela Reforma Agrária na Paraíba antes do golpe militar de 1964" (MOREIRA: 1999, p. 9). Além de conter a sede do Governo do Estado, nela tem se observado a vitória dos trabalhadores sem terra.

O município de Sapé, criado em 1949 com a Lei nº 318 de 01 de janeiro de 1949, conta com uma população de 47.353 habitantes (IBGE: 2000), possui área equivalente a 329,21 km² e densidade demográfica de 143,8 habitantes/ km². Seu índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) passou de 0,450 em 1991 para 0,556 em 2000. O item que obteve melhor desempenho no cálculo do IDH-M foi o índice referente à educação, decorrente das políticas de renda mínima implementadas pelo Governo Federal, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou o Programa Bolsa-Escola, nos quais a família recebe uma quantia mensal em dinheiro a fim de manter crianças em idade escolar nas salas de aula.

O município de Araruna foi escolhido por nele ter sido implementado o Fundo Municipal Comunitário – Piloto (FUMAC-P), portanto, onde houve maior aplicação de recursos provenientes do Projeto Cooperar, implicando também numa maior quantidade e diversificação de projetos implementados.

O referido município foi criado em 1949 pela Lei nº 318 de 01 de janeiro de 1949. Com uma população de 16.605 habitantes (IBGE: 2000), densidade demográfica de 54,5 habitantes/ km², possui área de 304,87 Km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal passou de 0,454 em 1991 para 0,546.

Araruna está localizado na Mesorregião do Agreste, constituída por 66 municípios, perfazendo uma área de 13.432 km², tratando-se de uma região diversificada sob os prismas natural, sócio-econômico e cultural. O Agreste caracteriza-se pela atividade econômica policultora e destacou-se historicamente como produtora de alimentos, como a cana-de-açúcar, algodão e sisal, e pela importância na região do trabalhador morador e do parceiro. A expansão do algodão no século XVIII efetivou a ocupação do Agreste, cuja área apresenta "os mais baixos índices de concentração fundiária do Estado" (MOREIRA: 1997 p. 97), tendo sido um dos fatores que permitiram adensar a população da região, em especial a rural. No Agreste, a atividade pecuária complementa a policultura alimentar.

O trabalho de campo foi realizado em nove comunidades rurais, sendo quatro delas em Sapé e cinco em Araruna. Foram entrevistados 185 representantes familiares,

respondendo a um questionário composto por questões sobre condições e relações de trabalho, qualidade de vida e atuação do PRONAF e do Projeto Cooperar.

No município de Sapé, no período compreendido entre 1998 e 2003, foram conveniados 34 projetos pelo Projeto Cooperar. Desse total, 51.8% foram de eletrificação rural, dentre melhoria habitacional, abastecimento de água e outros, beneficiando 2.444 famílias.

Quanto ao PRONAF e sua atuação em Sapé, obtivemos apenas informações acerca das contratações no período de 2001 a 2003, sem especificações. Foram realizados 481 contratos no período supracitado, correspondentes ao valor de R\$ 2.936.848,89.

Observa-se no município de Araruna, que a atuação do Projeto Cooperar se deu em maior escala, havendo uma maior aplicação de recursos financeiros e também maior diversificação nos tipos de projeto, sendo verificada a implementação de projetos produtivos, sociais e de infra-estrutura. Do total de projetos implementados entre 1998 e 2003, 21.0% são de eletrificação rural, 19.0% de abastecimento de água, variando o restante entre Centro de Atividades Múltiplas (CAM), adutora e outros.

Quanto ao PRONAF e sua atuação em Araruna, temos os valores correspondentes às contratações nos anos de 2001 a 2003. Foram realizados 19 contratos no período supracitado, correspondentes ao valor de R\$ 47.348,85.

Em Araruna, quanto à ocupação e condições de trabalho, verifica-se que 84% dos entrevistados são agricultores familiares em conjunto com seus familiares; 56% não trabalham em outra propriedade, 10% são assalariados e 25% são parceiros. Em Sapé, 59% dos entrevistados são proprietários sendo 86% deles ocupados na agricultura, 84% da família. Do total desses proprietários, 22% trabalham como assalariados em outras propriedades.

Quanto ao trabalho acessório, a análise dos dados mostra que em Sapé 91% dos entrevistados não empregam mão-de-obra assalariada e 54% praticam a agricultura de subsistência e 71% utilizam meios de produção manuais. Já em Araruna, 82% não utilizam trabalho assalariado, 74% praticam agricultura de subsistência e 88% utilizam meios de produção manuais.

Em uma das comunidades visitadas no município de Sapé, qual seja o Assentamento Padre Gino, foi verificado que 10% da comunidade local possuem melhores condições de vida, reflexo de sua participação na Feira Agroecológica. Nela se

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 2, n.	Jul-Dez-2003	p. 100-108
--------------------	-------------	------------	--------------	------------

encontram envolvidas dez famílias da referida comunidade, beneficiando aproximadamente 30 pessoas. A Feira Agroecológica é um projeto da Cáritas Brasileira (Organização não Governamental) apoiado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cujo objetivo primordial foi o de conseguir meios de comercialização direta com o consumidor e, posteriormente, a produção orgânica. Hoje é uma feira com referenciais e somente não tem condições de expansão pela falta de infra-estrutura e fomento da produção (informação verbal).

Verifica-se, ainda, que os agricultores que utilizam meios de produção mecanizados, não são proprietários desses meios. Fazem uso do aluguel do trator quando do 'corte da terra' no valor de R\$ 35.00 a hora. Ao necessitarem de pelo menos 8 horas para o preparo da terra com a máquina, gastam, pelo menos, o total de R\$ 280.00 (informação verbal).

Dadas às assertivas do Governo do Estado da Paraíba quando da implementação das ações do Projeto Cooperar e da conseqüente reversão do fluxo migratório, buscou-se, através dessa pesquisa, averiguar o quão autênticas seriam as informações noticiadas pelo poder público e veiculadas através da imprensa local.

Através dos questionários aplicados, vê-se que a migração transparece como processo em andamento e que a migração de retorno não tem ocorrido, na realidade. Em Araruna, 66% dos entrevistados possuem algum parente que havia migrado. Desse total, 91% migrou à procura de trabalho, tendo 89% deles se dirigido ao eixo Rio/São Paulo, não retornando a seu local de origem 64% deles. Se retornam (36%), o fazem porque ficaram desempregados (48%) ou não se adaptaram (32%). A mesma tendência se verifica em Sapé, onde 46% dos entrevistados admitiram possuir parentes que haviam migrado. Desse total, 81% migrou em busca de trabalho, 63% para o eixo Rio/São Paulo e 70% não retornou. Os que retornaram (30%) o fizeram pelo desemprego (55%) e por causa da família (18%).

Durante a pesquisa de campo, foi presenciada, com pesar, a ocorrência de superexploração de mão-de-obra, tanto de mulheres quanto de crianças. Em uma Casa de Farinha de propriedade privada, a utilização dos serviços de crianças e mulheres na atividade de descascar mandioca, recebendo R\$ 0,60 por 'balaio' , correndo sérios riscos ao desempenhar tal tarefa.

De acordo com a proposta de trabalho, foi possível verificar *in loco* os reflexos na paisagem e no cotidiano do trabalhador rural, das ações de políticas públicas como o

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 2, n.	Jul-Dez-2003	p. 100-108
--------------------	-------------	------------	--------------	------------

Projeto Cooperar e, muito incipientemente, o PRONAF. Além disso, testemunhou-se sérias dificuldades pelas quais passam as comunidades rurais no que se refere aos direitos garantidos em lei e que não são cumpridos.

Tendo como referência a noção de que a qualidade de vida é resultado de diversos fatores objetivos, como condições de saúde, habitação, trabalho, acesso a bens e serviços, e subjetivos, como satisfação com a vida, expectativas e realizações, pode-se afirmar que os níveis de qualidade de vida a que estão submetidos os trabalhadores e trabalhadoras rurais é baixíssimo, agravado, geralmente, pela fome e pela miséria.

Observa-se que o nível de escolaridade é baixo, tendo quase 80% dos entrevistados nas comunidades rurais pesquisadas, quando muito, o 1º grau incompleto. Uma média de 60% dos indivíduos com uma renda mínima mensal que muitas vezes não atinge o valor de um salário mínimo. Estes dois fatores conjugados comprovam a existência da pobreza.

Apoiado no discurso de combate à pobreza rural, o Projeto Cooperar implementa subprojetos de infra-estrutura, sociais e produtivos, estes em menor escala, nas áreas rurais. É certo que prover o campo de energia elétrica e abastecimento de água reduz sensivelmente as dificuldades pelas quais homens, mulheres e crianças passam. Não estão mais no escuro. Não precisam mais andar quilômetros em busca de água, muito embora isto ainda ocorra com certa frequência, pois às vezes a água disponibilizada pelos poços é 'salobra'. Mas também é fato que a qualidade de vida está intrinsecamente ao que o agricultor produz, pois isto lhe trará "meios" de sobrevivência digna e de proporcionar-lhe satisfação e realização.

A educação, por sua vez, propiciará ao homem do campo o acesso a informações e técnicas necessárias à manutenção de seu trabalho, bem como, e mais importante, possibilitará uma consciência política e ações que o tornem um verdadeiro cidadão, formando lideranças e fortalecendo as associações comunitárias, pois vimos, no decorrer deste trabalho, a importância das ações da sociedade civil na formulação das políticas públicas.

Mostra-se necessária a diversificação das atividades rurais, posto que é de conhecimento público que a agricultura depende em muito dos fatores climáticos, e outras possibilidades viriam a manter o homem no campo em condições dignas nos períodos de entressafra, por exemplo, ou quando da perda de sua produção.

O exemplo da comunidade rural, o Assentamento Padre Gino, que até hoje foi beneficiada apenas com a energia elétrica instalada pelo Projeto Cooperar e com uma caixa de água pelo INCRA, mostra que políticas de comercialização direta com o consumidor favorecem o agricultor familiar e permitem que o mesmo tenha a possibilidade de elevar seus índices de qualidade de vida, através da Feira Agroecológica.

O comportamento do pequeno produtor quanto ao PRONAF corresponde ao desconhecimento ou à desconfiança. O agricultor afirma que a burocracia é muito grande, dificultando possibilidade do empréstimo e mais ainda, pelo receio da dívida. Além do que, os recursos são poucos e chegam atrasados quanto à época do plantio. Embora seja essa a fala do trabalhador rural, observamos, através das leituras, que o PRONAF diversificou suas ações após a posse do novo governo, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro de 2003, e uma outra leitura do PRONAF será necessária daqui a algum tempo.

Por ocasião da pesquisa de campo, foi presenciada a superexploração da mão-de-obra infantil. Não surpresos, mas chocados, registrada-se aqui indignação quanto ao fato relatado, que pese ainda a existência de políticas de renda mínima, que objetivam manter crianças em idade escolar nas salas de aula. Isso demonstra claramente que essas políticas compensatórias não conseguem conferir ao homem do campo possibilidades melhores que afastem as crianças do trabalho.

Quando argüidos sobre a melhoria da qualidade de vida, 71% dos entrevistados em Sapé e 57% em Araruna, concordaram que, de fato, houve melhorias, muito embora continuem a padecer e necessitar de políticas públicas que lhes permitam produzir e viver dignamente.

Julgando o momento oportuno, relata-se aqui as dificuldades da pesquisa afirmando ter havido uma infinidade de dificuldades junto aos órgãos em questão, seja por desorganização, falta de tempo ou mesmo pela transição política pela qual passamos recentemente nos níveis estadual e federal.

Finalmente, reconhece-se: é fato que os recursos existem. Também é fato que a pobreza permanece. Há que se refletir, então, sobre novas formas de utilização e novos direcionamentos para esses recursos, de tal forma que venham, com efeito, a combater a pobreza rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *Agricultura familiar e o capitalismo no campo*. In: STÉDILE, J. P. (Org). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994. p. 94-104.
- _____. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Ed. UNICAMP/ANPOCS/HUCITEC, 1992.
- ARAÚJO, T. B. *As políticas públicas no Brasil*. In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: REVAM, 2000. p. 261-284.
- ARAÚJO, T. B. *Estratégias de combate à pobreza*. In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: REVAM, 2000. p. 285-304.
- BAILEY, M. et al. *Para compreender e dialogar com o Banco Mundial: um guia para organizações da sociedade civil brasileira*. Brasília/Recife: [s.n.], nov. 1997. 27 p.
- BELIK, W. *Mudanças no padrão de intervenção do Estado no complexo agro-industrial brasileiro*. In: *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande, ano 17, n. 18, p. 9-25, set. 1998.
- BOMBARDI, L. M. *Contribuição ao debate teórico acerca dos conceitos do campesinato e agricultura familiar*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., 2002, João Pessoa. Anais eletrônicos... João Pessoa: AGB, 2002. Comunicações Coordenadas. 1 CD.
- BROSE, M. *Marco conceitual*. In: *Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas. Nove anos de experiência do Projeto PRORENDA*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. p. 21-78.
- FERNANDES, B.M. *Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., João Pessoa. Anais eletrônicos... João Pessoa: AGB, 2002. Comunicação Coordenada. 1 CD.
- KAUTSKY, K. *O caráter capitalista da agricultura moderna*. Tradução de C. IPEROIG. In: KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. p. 76-111.
- MARQUES, M. I. M. *A atualidade do uso do conceito de camponês*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., João Pessoa. Anais eletrônicos... João Pessoa: AGB, 2002. Comunicação Coordenada. 1 CD.
- MARTINS, J. S. _____. *A chegada do estranho*. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- _____. *A Reforma Agrária e os limites da democracia na Nova República*. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- _____. *Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo*. In: *O poder do atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 19-51.
- MARX, K. *O trabalho alienado*. Tradução de Sylvia Patrícia. In: *Economia política e filosofia*. Rio de Janeiro: MELSO, 1963. p. 151-163.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. *Processo de formação e evolução da organização do espaço agrário paraibano*. In: *Capítulos de Geografia Agrária na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997. p. 25-102.
- MOURA, M. M. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986. 78p. (Princípios, 52).

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 2, n.	Jul-Dez-2003	p. 100-108
--------------------	-------------	------------	--------------	------------

OLIVEIRA, A . U. *O campo brasileiro no final dos anos 80*. In: STÉDILE, J. P. (Org). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994. p.45-67.

_____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1990.

SALLES, T. *Pobreza e cultura política da dívida*. In: CAVALCANTI, H.; BURITY, J. (Orgs). *Polifonia da miséria: uma construção de novos olhares*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana/CNPq/Banco do Nordeste, 2002. p. 255-269.

SCHIMIDT, J. P. *Condicionantes culturais das políticas públicas no Brasil*. In: ARAÚJO, L. E. B.; LEAL, R. G. (Orgs). *Direitos Sociais e Políticas Públicas. Desafios Contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 267-314.

SILVA, J. G. *O que é questão agrária*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 108 p. (Primeiros Passos, 18).

_____. *Agricultura e crescimento econômico*. In: *A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 17-32. (Coleção Agricultura e Sociedade).

_____. *A pequena produção e as transformações na agricultura familiar*. In: *A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 126-141. (Coleção Agricultura e Sociedade).

_____. *A modernização conservadora dos anos 70*. In: *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 87-135